



7 de Dezembro

**Assembleia de Freguesia
da
União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina, São Bartolomeu**

Ata n.º 6/2021

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu, em **sessão ordinária**, na **Sede da União das Freguesias de Coimbra**, sita no Bairro Sousa Pinto, n.º 37, nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 14º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, dando cumprimento ao artigo 11º do mesmo diploma, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de antes da Ordem do Dia.
 - 1.1 Leitura do Expediente e informações/ esclarecimentos diversos à Assembleia.
 - 1.2 Assuntos gerais diversos.
 - 1.3 Período de intervenção do público.
2. Apreciação, discussão e votação das Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2022 (**Anexos 1**).
3. Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal de 2022 (**Anexo 2**).
4. Apreciação, discussão e votação de alteração à Tabela Geral de Taxas e Licenças (**Anexo 3**).
5. Análise da informação do Sr. Presidente da União das Freguesias de Coimbra acerca da atividade desta (**Anexo 4**), bem como da situação financeira atual da União (**Anexo 5**).
6. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a União das Freguesias de Coimbra e:
 - 6.1 Associação DIGNITUDE (**Anexo 6**);

Estiveram presentes os Srs./as Deputados/as à Assembleia de Freguesia (com as respetivas assinaturas nas folhas de presença):

- Jovino Augusto Armada Lourenço da Chão, em substituição de Inês Pinto dos Santos Parada da Costa (**Anexo 2**), José Alberto Rocha, Maria José da Silva Pereira, Hugo Valente Abreu, Manuel Barata de Tovar Portela Vieira, Presidente da Mesa de Assembleia (PPD/PSD);

- Célia Margarida Azenha Loureiro de Oliveira, 1ª Secretária da Mesa de Assembleia (CDS-PP);

- Mariana Alexandra Miranda Ribeiro 2ª Secretária da Mesa de Assembleia e Alberto de Oliveira Bravo (Grupo de Cidadãos Eleitores "Nós Coimbra");

- Carlos José Santos Pedrosa Rodrigues Veiga, João Miguel Marques Pereira, em substituição de Nuno Miguel Marques de Sousa (**Anexo 1**), e Filipe Manuel Paiva dos Santos (**Anexo 6**), em substituição de Ana Maria Conceição Almeida (PS);

- Paulo Alexandre Ferreira dos Anjos (Grupo de Cidadãos Eleitores "Cidadãos por Coimbra");

- Gonçalo José Mourão de Almeida (CDU – Coligação Democrática Unitária).

Estiveram igualmente presentes os Membros do Executivo João Francisco Monteiro de

4 de
R

Lencastre Campos (Presidente), Carlos Rogério Antunes Pinto (Vice-Presidente), Américo Alves Petim (Tesoureiro), Maria da Assunção Rainho Ataíde das Neves (Secretária) e Ana Mafalda Oliveira Gala Fagulha (Vogal).

O Presidente da Mesa deu por aberta a Sessão, informando que tinham chegado à mesa os pedidos de substituição (**Anexo 1 e 2**) do Sr. Deputado Nuno Sousa e da Sra. Deputada Inês Pinto dos Santos Parada da Costa. Deu conhecimento dos pedidos de substituição (**Anexo 3 e 4**), bem como do e-mail com o pedido de informações ao Executivo, da bancada do PS (**Anexo 5**) e, por último, o pedido de substituição da Sra. Deputada Ana Almeida (**Anexo 6**). Mais informou o motivo da Ata 5 (apesar de ter sido enviada por e-mail a todos) não estar na convocatória para ser votada e solicitou a participação de todos os membros da Assembleia a reverem-na e acrescentar o que poderia eventualmente não constar no documento e ser relevante. Para terminar, deu ainda conhecimento do parecer pedido à ANAFRE sobre as atas.

Dada a palavra ao Deputado Gonçalo Almeida, este saudou os presentes e solicitou:

- a data do despacho da ANAFRE à Mesa da Assembleia, acrescentando que também tinha feito um pedido de esclarecimento ao mesmo Órgão, sobre as duas atas por votar;
- a intervenção na Ladeira dos Lázaros (limpeza e desobstrução da via);
- o alargamento do horário ao sábado, do "Pantufas", eventualmente ao domingo também;
- o não pagamento ao sábado de manhã do estacionamento na Baixa.

Mais informou que a CDU votou a proposta do Mercado de Natal na Câmara Municipal de Coimbra e, no seu entender, deveria ser a Câmara a pagar tudo. Lamentou ainda que o dia 24 de Dezembro tivesse sido um "fiasco", devido à falha de eletricidade.

Em resposta, o Senhor Presidente do Executivo indicou que:

- o motivo da ausência da Deputada Inês Pinto dos Santos era trabalho;
- iria levar a situação da Ladeira dos Lázaros novamente à CMC;
- a falha de eletricidade no Mercado de Natal iria fazer o seu "caminho" legal;
- em relação ao horário do "Pantufas", iria novamente levar o assunto à Senhora Vereadora Ana Bastos, mas que todos sabiam a situação delicada em que se encontravam os SMTUC;
- quanto ao estacionamento, o Sr. Presidente da CMC no dia anterior tinha dito que iria ser enviado um email, à população de Coimbra, de sensibilização para deixar de haver estacionamento "selvagem". Relembrou, entretanto, que os parquímetros eram uma das poucas receitas dos SMTUC e que estes eram fundamentais para a cidade. Lamentou efetivamente o estacionamento "selvagem", um pouco por toda a cidade. Para terminar, disse que concordava com o estacionamento gratuito ao sábado de manhã.

Tomou a palavra o Deputado Carlos Veiga saudando todos os presentes, esperando que todos tivessem tido umas Boas Festas, saudou a iniciativa do Senhor Presidente da Junta e da União das Freguesias de Coimbra quanto à testagem à Covid-19 e iniciou a sua intervenção sobre os seguintes pontos:

- Protocolo com a Associação DIGNITUDE - nada havia a apontar, tendo notado uma evolução muito positiva na redação dos Protocolos;
- Mercado de Natal - solicitou os custos, bem como os contratos e procedimentos de contratação efetuados;
- Estacionamento - ouviu o Sr. Presidente da Junta dizer que iria falar com a Senhora Vereadora Ana Bastos, mas, para melhorar os transportes públicos, devíamos desincentivar o transporte privado. O estacionamento na via pública devia ser pago, mas não todo e que a política de estacionamento e de preço do estacionamento era fundamental para se regular o estacionamento. Referiu o pagamento do estacionamento no Mercado D. Pedro V, que tinha um período gratuito e um período pago, progressivamente, e que tal não deveria ser por acaso. Assinalou ainda que também deviam existir espaços de cargas e descargas gratuitos, em determinados horários, dado serem essenciais. Em resumo, o problema do estacionamento tinha de ser visto em articulação com os transportes públicos;
- "Pantufas" - na sua opinião, o maior problema/obstáculo na Alta da Cidade não era o facto de

7 (Co)
JK

ser elétrico, era o estacionamento “selvagem” que impedia a sua passagem junto à Faculdade de Psicologia, em algumas zonas da Couraça de Lisboa e no Largo da Sé Velha. A solução dos autocarros não lhe parecia má, mas era necessário entender isto tudo em articulação.

- Orçamento da Junta – por uma questão “mais de princípio”, esperava que este fosse significativamente diferente, para melhor, do que o ano passado;
- IMI - questionou se aumentar o IMI era a “via”, visto não haver dinheiro para tudo.

O Senhor Presidente do Executivo tomou da palavra e:

- relativamente ao IMI, deu conhecimento de uma exposição do Sr. Dr. Pedro Malta, onde este tinha dito claramente que, se quiséssemos manter o nível de serviços que tínhamos, o orçamento era suficiente, mas se quiséssemos melhorar os serviços, só havia uma via: aumentar o IMI. Para que não restassem dúvidas, informou que a subida do IMI iria ainda a votação em final de janeiro.

- quanto orçamento, a União das Freguesias de Coimbra, mantinha o seu sentido de voto (contra) se os valores se mantivessem e, conseqüentemente, não aceitaria a proposta de descentralização;
- em relação aos contratos do Mercado de Natal, estes viriam à Assembleia numa próxima vez;
- respeitante à pandemia, disse não discordar muita da opinião do Sr. Presidente da Câmara. Que tínhamos de ter cuidado, usar máscara, testar, mas tínhamos de aprender a viver com o vírus. A pandemia caminhava para endemia e os especialistas diziam isso mesmo.

Dada a palavra ao Deputado Paulo Anjos, este começou por saudar os presentes e iniciou a sua intervenção sobre:

- vacinação - alguns sem-abrigo e utilizadores de drogas ainda não tinham vacinados e pediu que a UFC ajudasse a que fossem vacinados e ficassem protegidos para a COVID-19;
- a necessidade da criação de uma estrutura de injeção assistida (o Senhor Presidente da Junta é a favor). Seria uma unidade móvel e não ficaria fixa na Baixa de Coimbra;
- a criação de uma estrutura (pública, com entidades privadas ou ONG) para idosos que não estão a ser devidamente acompanhados;
- alimentação dos sem-abrigo - estes vão à CASA (Páteo da Inquisição) buscar comida e depois comem na rua, em qualquer lado. Seria importante criar um espaço condigno para eles comerem;
- iluminação na Baixa - é muito amarelada, de baixa intensidade, provocando uma sensação de insegurança;
- documentos em PDF- solicitou à Mesa que os documentos fossem enviados no formato de PDF e não em imagem;
- degradação do estado da Couraça de Lisboa e da Estrela.

Por último, salientou a questão da prevenção da prostituição.

A Senhora Secretária do Executivo, Assunção Ataíde, informou que em tempos já se tinham encetado esforços na questão da sala de injeção assistida e tinha, entretanto, reiterado o pedido às instâncias legais. No que diz respeito à iluminação da Baixa, já havia um projeto na Câmara Municipal de Coimbra para a melhorar. Quanto aos sem-abrigo não terem neste momento um sítio para comer as suas refeições, tal deveu-se à pandemia, porque até então tinham as devidas condições. Comiam na CASA, condignamente.

Tomou a palavra o Senhor Presidente do Executivo informando os presentes da existência de um projeto em parceria com a PSP para se fazer um “levantamento” dos idosos. No que diz respeito à Calçada da Couraça de Lisboa e da Estrela era um trabalho que tinha de ser feito de “alto a baixo”.

Dada a palavra ao Deputado Hugo Valente, este começou por saudar os presentes e congratulou a discussão acerca do estacionamento, pedindo que se tomassem as medidas devidas.

Congratulou também o Mercado de Natal, dizendo ter sido um sucesso (tendo o Executivo assumido o risco de mudar a sua localização) e questionou se já tinham o número de visitantes e se tinha havido incremento de visitantes, dada a mudança do local da sua realização, mas ainda não havia informação.

700
A

A Deputada Maria José Pereira deu o seu testemunho como Diretora e Docente da Escola Básica de São Bartolomeu, daquilo que presenciava desde as oito horas da manhã, incluindo na hora de almoço e ao final do dia, com os utilizadores de drogas e com a prostituição na zona circundante à Escola. Realçou o facto de existirem salas viradas para sítios onde havia prostituição e para as crianças isso começar a ser uma prática normal, quando não o deveria ser. Tratava-se uma realidade demasiado dura para crianças.

Dada a palavra ao Deputado Paulo Anjos, este fez questão de elucidar do que se passava na zona da Loja do Cidadão com os usuários de drogas e as prostitutas e, a propósito de saltarem muros de casas que vão sendo entaipadas, para as ocupar, lamentou, dizendo que iam ocupando o que estava livre, infelizmente.

O Presidente da Mesa passou ao **Ponto 2 da Ordem de trabalhos - Apreciação, discussão e votação das Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2022**, dando a palavra ao Executivo.

O Senhor Presidente do Executivo começou por dizer que “o plano de atividades”, não divergia muito do anterior. A nível financeiro, o orçamento variava muito pouco. No fundo, o valor inscrito era o valor da proposta de descentralização apresentada pela Câmara Municipal de Coimbra e esperava-se que houvesse uma nova proposta.

Em relação às “Opções do Plano”, tratava-se de uma retoma gradual do plano de atividades da UFC. Este ano era expectável que as obras comessem a aparecer. Adiantou, entretanto, que, com o atual executivo camarário, já existiam dois projetos aprovados para avançar.

Destacou ainda algumas atividades, nomeadamente a reorganização administrativa, eventos culturais, envolvendo várias associações culturais, mas também a parte da limpeza da área da UFC, embora nem toda, dado que existia um contrato a cumprir, com a SUMA.

Quanto ao Mercado do Calhabé, tinha sido acordado com a CMC que iria avançar um projeto “de raiz” para o Mercado e, quando este estivesse pronto, seria inserido no Quadro de financiamento 2030.

Referiu que, efetivamente, o fundamental era “limpar” o que estava para trás e que 2023 seria um ano diferente. Passou a palavra ao Senhor Tesoureiro para explicar a parte financeira, que por sua vez referiu que a Proposta de Orçamento refletia o que o Senhor Presidente do Executivo tinha acabado de explanar. Toda a informação estava muito detalhada e compreensível, graças à colaboração da “nossa contabilidade”.

Tomou a palavra o Deputado Carlos Veiga, em 2 níveis de discussão:

- quanto ao plano - boa parte transitava do ano de 2021 para 2022, mas devia ser mais detalhado e acautelado, do ponto de vista material;

- quanto às obras do Mercado do Calhabé - ouvia falar delas há vinte anos, sensivelmente, e questionou se a Junta não podia contratar um gabinete que fizesse um projeto para o referido Mercado. Perante a resposta do valor em causa (cem mil euros), aconselhou a UFC a rever os seus fornecedores.

Proseguiu dizendo que o que lhe “fazia confusão” neste plano de atividades era o desligar entre o plano e o orçamento, entre os objetivos definidos e a forma como os mesmos se expressavam no orçamento, em que não se conseguia perceber que verba estava alocada a cada uma das iniciativas, nomeadamente para obras.

Argumentou que, se quiséssemos monitorizar o plano de atividades, teríamos de ser muito concretos nas medidas. Teríamos de ter objetivos quantificáveis e mensuráveis e teríamos de saber quanto nos custariam, para que o plano fosse um verdadeiro instrumento de gestão.

Referiu, por exemplo, as prendas de Natal e os Cabazes de Natal, em que não se disse quanto custaram.

Na sua opinião, a Junta deveria apresentar uma estratégia social para a freguesia.

Realçou ainda que o orçamento apresentado era igual ao do ano transato e questionou onde estava espelhada a vontade de se fazer uma candidatura aos programas que existiam, tais como o Qualifica da Administração Pública, eficiência energética dos edifícios da UFC,

4 Coes

acessibilidades, entre outros. Considerou-os um investimento, que a junta poderia avançar e depois teria o retorno do financiamento comunitário, evitando a dependência do IMI.

O Senhor Presidente do Executivo, em resposta, disse que:

- aguardava ainda as candidaturas que o Senhor Deputado tinha ficado de enviar (o link);
- a UFC não pertencia à Associação Municipal de Municípios, mas sim à ANAFRE;
- as Juntas de Freguesia não podiam candidatar-se aos quadros comunitários. Tudo apontava para que próximo quadro já pudessem, mas por enquanto, não podiam.

Deu o exemplo do Projeto Juntar, o único a que se pôde concorrer e que de três, ganharam dois. Reforçou que a UFC se candidatou a vários projetos, a todos os que podia, basicamente, mas tudo o que estivesse relacionado com dinheiro dos fundos comunitários, não podiam candidatar-se;

- a qualificação das colaboradoras (formação) tinha sido feita e continuaria a ser. Acrescentou: que “houve e há centros Qualifica na UFC”;

- em relação ao orçamento era necessário ter noção do valor em causa e das limitações que isso representava;

- os cabazes de Natal eram “ricos”, mas tal devia-se à proatividade, esforço e trabalho na seleção dos melhores locais para fazer as compras e fazer as melhores parcerias, pedindo, por exemplo, às grandes superfícies. Graças a isso conseguiu-se chegar a quatrocentas e cinquenta pessoas (±). Mas havia regras e as pessoas necessitavam de provar que precisavam.

Tomou a palavra o Deputado Hugo Valente para dizer que, em relação ao orçamento, este representava bem a vontade, o querer e a proatividade deste executivo, respondendo também às necessidades dos seus fregueses. Salientou que era um orçamento prudente e necessário.

Pediu esclarecimento em relação a duas questões: a criação da marca “Mercado do Calhabé” e a poluição da Fucoli. Questionando o que pretendiam fazer.

O Senhor Presidente do Executivo respondeu que, em relação à Fucoli (proposta da CDU, acolhida pela UFC), passava por tentar perceber se havia alguma situação que não estivesse a ser acompanhada.

A Senhora Vogal do Executivo, Mafalda Fagulha, referiu que o lançamento da marca Mercado do Calhabé era a sua criação e dinamização. Aos sábados de manhã havia uma feira dos biológicos, havia produtores locais, mas ainda não tinha o movimento esperado e nem a adesão por parte dos produtores.

Consideravam assim importante fazer notar o Calhabé e dá-lo a conhecer, dinamizando-o. Começava-se pela feira dos biológicos para ganhar outra dimensão, inclusivamente de marketing, e fazer outras ações.

Falou nas limitações de espaços e de obras, mas, enquanto não tivéssemos o novo Mercado e a ideia era fazer uma “coisa” em grande, para ficar bem e apto para várias ações, avançava-se com o possível: criação e dinamização da marca.

Dada a palavra ao Deputado Gonçalo Almeida, este colocou várias questões:

- se nestas contas já estava orçamentado o suplemento de penosidade e insalubridade dos funcionários;

- quanto ao Mercado do Calhabé referiu que nos quatro anos em que o PS esteve no Executivo também nada avançou e o Mercado tem sido um “absorver de dinheiro”. Gostaria de saber, nomeadamente, de pagamentos e dívidas das lojas/espacos;

- a compra de uma carrinha ou carro por este Executivo;

- no que respeita à Fucoli, afirmou que a CDU trazia este problema à UFC há mais de doze anos. Tratava-se uma fábrica de metais pesados, fundição de ferro e libertava fuligem. Quem morava ali tinha recorrido a todo o tipo de entidades e convinha confirmar que existia efetivamente a mudança dos filtros de partículas. No mínimo, devia chegar à UFC o relatório anual para se aferir dessa mudança. Sendo uma fábrica “urbana” e muito aberta, era uma coisa que tinha de se ver e tinha de haver uma reação sobre isso.

Quanto ao orçamento:

100

- na página 26, falava-se de estudar a compra do estaleiro, sendo que a CMC tinha espaços. A UFC estava a comprar, a investir e a CMC podia assegurar isso – deixava a proposta;
- promoção da construção da churrasqueira junto ao parque infantil da Pedrulha, mas faltava referir um ponto de água que era necessário;
- as tabelas de Basquete;
- o projeto de empedramento das ruas Mário Pais e Rosa Falcão. No mínimo, deviam arranjar algumas partes da rua Mário Pais. Por exemplo, junto ao Nacional, ao Temudus e à lavandaria, para ajudar no escoamento de águas;
- corrimões em Santa Justa – só conhecia um;
- promoção da criação de um campo de *Street Work Out* junto ao Choupal, mas era necessário ver se colidia com o açude.

No que toca às contas, destacou:

- os seis mil euros da DGAL para despesas de representação – é o Senhor Presidente da Junta a receber esse montante;
- o pagamento da verba de oito mil euros a um funcionário - foi informado que era o professor de ginástica;
- aquisição de viaturas - foi informado que, para já, não se ia comprar qualquer viatura. Tratava-se de uma rubrica que necessitava de estar aberta;
- as refeições confeccionadas - queria saber quais eram. Não existindo, era necessário retificar;
- estudos, pareceres, outros trabalhos especializados e ainda outros serviços – foi esclarecido no momento;
- o Material de Transporte - foi elucidado de que se tratava do *renting* da viatura do fundo ambiental.

Para terminar, leu um documento escrito por si: “Este orçamento apresenta-se de cara lavada, mas mantém algumas nódoas que foram deixadas pelo Presidente da Câmara cessante desde 2017, referindo-me aos protocolos que aqui foram votados há vários anos e que nunca foram viabilizados pela anterior autarquia. Espero que o atual Executivo camarário desencadeie mecanismos a breve trecho, de forma a que todas obras sejam consignadas/desbloqueadas financeiramente e que se faça um projeto ou vários projetos o mais rapidamente para que as pessoas possam viver e ter estes serviços ao seu dispor. Estamos a falar de dinheiros públicos, deviam ser das populações e não só da Câmara Municipal.”

Em resposta, o Senhor Presidente do Executivo esclareceu que o suplemento de penosidade e insalubridade estava orçamentado. Referiu ainda o custo anual da renda do estaleiro e que aguardavam decisão da CMC relativamente ao terreno junto à casa do coveiro na Pedrulha (porque gostaria de construir aí o estaleiro). Todas as outras questões foram sendo esclarecidas ao longo da intervenção anterior.

Tomou a palavra o Deputado Paulo Anjos, referindo que o documento era um pouco genérico e questionou se tinham ideia de quais as obras e infraestruturas que iriam ser executadas.

O Senhor Presidente do Executivo informou que seriam todas as obras que não se concretizaram desde 2017 até 2021, excetuando a do Mercado do Calhabé, que iria ser retirada.

Tinham sido já aprovados dois projetos (Ossários no Cemitério da Pedrulha e a requalificação na rua Corpo de Deus) e aguardava-se pelos restantes, sendo o estaleiro uma das grandes prioridades.

Acrescentou que havia a possibilidade de se fazerem este ano algumas obras, mas apenas as mais pequenas.

O Presidente da Assembleia colocou à votação este ponto 2 da ordem de trabalhos, tendo sido aprovado com oito votos a favor (PSD, CDS e NC), três contra (PS) e houve duas abstenções (CDU e CpC).

Dando continuidade à ordem de trabalhos, passou ao ponto 3 - **Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal de 2022.**

2 (Qu)
#

Deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo que informou que o Mapa de Pessoal se mantinha.

Dada a palavra ao Deputado Gonçalo Almeida, este solicitou que o informassem sobre a qualificação e número de funcionários que estavam no Mapa de Pessoal, tendo sido esclarecido de imediato. Questionou ainda o motivo de dois avançados terem assinado um documento (a alteração à Tabela Geral de Taxas e Licenças) quando nem constavam no Mapa de Pessoal.

Terminou com uma declaração: "Em nome da CDU gostava de afirmar nesta União das Freguesias de Coimbra, por si só considerada uma das principais do Concelho, tem no seu conjunto um número de funcionários que estão sempre ao serviço da população, mas deixem-me dizer que neste último mandato houve, entre outros, uma funcionária que, não despremiando o trabalho afincado de todos, se assumiu como uma pessoa a quem o Executivo delegou e delega diversas funções, basta olhar para o curriculum no site da UFC e verificar isso mesmo, tendo assumido as funções de Técnica Superior, sem o ser neste momento, tem formação Protocolar, de RYPD, assumindo com responsabilidade o cargo na UFC, ou seja, efetua um trabalho mais técnico de que qualquer outro funcionário com as mesmas qualificações. Vimos todos isso na Tomada de Posse desta Assembleia de Freguesia, também noutros organismos e outras situações, por tudo isto proponho ao Executivo que reclassifique a Dra. Sónia Godinho a Técnica Superior, categoria merecida por todo o empenho, percurso académico e formação adquirida para esta função.

Não nos podemos esquecer que a funcionária ainda é e foi responsável pelos testes Covid-19, *Street Food*, 900 Anos de Almedina e muitas outras situações, tais como o Mercado de Natal (deixando também uma palavra ao Sr. Vice-Presidente do Executivo, que teve um brilhante trabalho neste mesmo espaço), deixando esta proposta ao Executivo, esperando que este a pondere."

O Deputado Carlos Veiga, no uso da palavra:

- informou os presentes que tinha solicitado ao Executivo as habilitações académicas ou escolares dos funcionários que constavam do Mapa de Pessoal (Anexo 5), porque apercebeu-se do desfasamento no número de trabalhadores, entre as pessoas em funções públicas por tempo indeterminado e por tempo determinado. O Mapa tinha oito mais uma, somando nove, mas na informação enviada pelo Executivo apareciam dez. Confessou-se um pouco baralhado, acrescentando ainda que depois não existia nenhum lugar a preencher no mapa de pessoal.

- outra questão prendia-se com avenças, contratos de trabalho e de prestação de serviços.

Quanto à prestação de serviços, podíamos optar por uma pessoa, para uma situação pontual, ou uma empresa, em que estivéssemos sempre garantidos, em caso de falta por doença, por exemplo.

Seria, por isso, importante, saber o que eram necessidades permanentes e o que não eram necessidades permanentes e só então podíamos avaliar o Mapa de Pessoal.

- apresentou uma situação, por si considerada mais grave, que era a existência de um lugar de Técnico superior e, na lista recebida nesse dia (da reunião da Assembleia), enviada pelo Sr. Presidente, havia quatro pessoas com licenciatura (Sónia Godinho, Ana Madeira, Teresa Arsénio e Cristina Silva) e, no seu entender, achava que deveriam ser reavaliadas as categorias e reclassificadas as pessoas, de acordo com as suas habilitações. Disse que não podíamos manter esta cultura de só haver um Técnico Superior e as outras pessoas tinham de se sujeitar porque era o que havia. Era necessário rever este Mapa de Pessoal e resolver a situação. Notava falta de vontade porque até existia verba para isso.

Em resposta, o senhor Presidente do Executivo fez saber que dos quinhentos e cinquenta mil euros existentes, sensivelmente duzentos e setenta e dois mil euros são gastos com o pessoal e acrescentou que as pessoas estavam nos cargos a que tinham concorrido, ainda que tivessem qualificações superiores. Era uma grande preocupação sua, mas não havia possibilidade orçamental.

No que diz respeito à Cristina Silva, esclareceu *a posteriori*, era uma funcionária que estava ao abrigo de um Contrato com o IEFPP (para pessoas com deficiência acima de 70%) e não estava

Jy (Qu) 12

no Mapa de Pessoal.

Tomou a palavra a Deputada Maria José Pereira para dar exemplos concretos da realidade que conhecia e acrescentou que um concurso para tarefeiro/assistente operacional, por exemplo, não permitia a requalificação de acordo com as habilitações literárias.

No uso da palavra, o Deputado Carlos Veiga, esclareceu que:

- havendo intenção de requalificar as pessoas, isso podia ser feito porque existia um saldo que permitia cabimentar os contratos que estavam para abrir, novos concursos/lugares. Caso fossem abertos e preenchidos, gastava-se esse valor, caso contrário, não, porque esse valor estava comprometido.

- no Mapa de Pessoal era necessário discriminar o número exato de pessoas, quais as suas tarefas e os respetivos montantes porque o que a UFC gastava era um volume total da soma dos contratos de trabalho, juntando as avenças e contratos de prestação de serviços. Tratava-se de um volume global que era importante ver e perceber o seu detalhe.

Por fim, esclareceu a Deputada Maria José dizendo que havia a figura da mobilidade intercarreiras (contemplada na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) que permitia, por exemplo, passar uma pessoa que estivesse no quadro, de Assistente Técnico a Técnico Superior. Esclareceu ainda que não dava para aplicar a carreiras especiais, como a docência.

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação este Ponto 3 - **Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal de 2022** – tendo sido aprovado com oito votos a favor (PSD, CDS e NC), três contra (PS) e houve duas abstenções (CDU e CpC).

O Deputado Carlos Veiga fez uma Declaração de Voto porque não era possível perceber quais eram as necessidades permanentes e não havia informação quanto às prestações de serviço e outras.

Os trabalhos continuaram passando-se ao Ponto 4 - **Apreciação, discussão e votação de alteração à Tabela Geral de Taxas e Licenças**, tendo o Senhor Presidente do Executivo esclarecido o motivo da vinda deste ponto a esta Assembleia e que se encontrava explanado no documento enviado a todos.

Dada a palavra ao Deputado Gonçalo Almeida, este colocou algumas questões acerca de:

- quais foram as alterações efetuadas: atestados (de residência, união de facto, vida), fotocópias, licenças de animais de caça;

- licença especial de ruído, especificamente para instituições com e sem fins lucrativos e respetivos horários;

- cemitério (trasladações, exumações, colocação de argamassa em cimento);

- taxas dos lojistas do Mercado Municipal D. Pedro V (estão incluídas nas taxas municipais);

- exceção para formação profissional;

as quais foram prontamente respondidas pelo Senhor Presidente e Vice-Presidente do Executivo.

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação este Ponto 4 - **Apreciação, discussão e votação de alteração à Tabela Geral de Taxas e Licenças** – tendo sido aprovado com onze votos a favor (PSD, CDS, NC e PS), um voto contra (CDU) e uma abstenção (CpC).

A Declaração de Voto do Deputado Gonçalo Almeida (voto Contra), prendeu-se com o facto de se ter passado uma rubrica de dois euros e meio para vinte e cinco euros.

Ponto 5 - Análise da informação do Sr. Presidente da União das Freguesias de Coimbra acerca da atividade (**Anexo 4**) e situação financeira atual da mesma (**Anexo 5**).

O Senhor Presidente do Executivo deu todas as informações explanados no documento

apresentado à Assembleia de Freguesia da atividade, elucidando algumas questões que surgiram aos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Mesa passou ao Ponto 6 - **Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a União das Freguesias de Coimbra e a Associação DIGNITUDE.**

O Sr. Presidente da União das Freguesias de Coimbra apresentou o Protocolo.

O Deputado Paulo Anjos questionou se existia alguma estimativa do custo para a UFC, tendo prontamente sido esclarecido pelo Senhor Presidente do Executivo.

Tomou a palavra o Deputado Carlos Veiga afirmando que tinha de se ser exigente e a Junta era confrontada com situações que tinha de resolver; questionou quem é que estavam a pensar alocar. Deixou ainda a nota de que este projeto era financiado pelo "Portugal Inovação Social" e que a UFC podia inspirar-se nesta parceria e tomar a iniciativa para outras coisas e aplicar noutras situações, liderando este tipo de iniciativas.

O Senhor Presidente do Executivo respondeu a todas as questões colocadas. As duas pessoas a alocar eram Mafalda Fagulha e Ana Madeira.

Colocado à votação o ponto 6, este foi **aprovado por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, às onze horas e vinte e cinco minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, informando e pedindo permissão aos presentes, para a elaboração da Minuta das Deliberações Aprovadas nesta Sessão Extraordinária, não havendo qualquer objeção por parte dos Senhores Deputados e da qual se lavrou a presente ata, a qual, uma vez aprovada, vai a assinar pelo Presidente e Secretários da Mesa.

Os Membros da Assembleia,

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia


(Manuel Barata de Tovar Portela Vieira)

1ª Secretária


(Célia Margarida Azenha Loureiro de Oliveira)

2ª Secretária

Mariana Alexandra Miranda Ribeiro
(Mariana Alexandra Miranda Ribeiro)